



Elites e Instituições Políticas: Foco na Corrupção no Estado, para desfocalizar dissimulados interesses do Mercado no Estado

Luciano Augusto de Oliveira¹

Resumo: Este trabalho tem como finalidade analisar alguns mecanismos de captura de recursos financeiros do Estado realizado pelas elites. É cabível frisar que a captura de recursos financeiros por parte das elites tem raiz na necessidade de privatização dos tributos pagos pelos brasileiros. A atuação das instituições políticas fica encoberta pelo legítimo e desconhecido do grande público, em que apenas são divulgadas corrupções menores para desviar a atenção do cidadão comum. Com o estudo, constatou-se que a população brasileira não obtém informações acerca da corrupção do mercado no Estado, mas somente da corrupção interna no Estado. Enquanto o cidadão tem olhos voltados para a corrupção no Estado, praticada por agentes políticos e servidores públicos, desconhece a corrupção do mercado praticada pelas elites por meio das instituições internas. A pesquisa foi desenvolvida com base na leitura especializada do meio acadêmico - artigos, livros e em diferentes periódicos - e buscou apresentar reflexões dos campos da Filosofia Política, Economia Política e da Sociologia com posições críticas ao pensamento hegemônico.

Palavras-chave: Elites. Instituições. Financeirização. Corrupção. Mídia.

Elites and Political Institutions: Focus on Corruption in the State, to Defocalize Dissimulated Market Interests in State

Abstract: This work aims to analyze some mechanisms of capture of financial resources of the State carried out by the elites. It is appropriate to emphasize that the capture of financial resources by the elites is rooted in the need to privatize the taxes paid by Brazilians. The performance of political institutions is hidden by the legitimate and unknown to the general public, in which only minor corruptions are disclosed to divert the attention of ordinary people. With the study, it was found that the Brazilian population does not obtain information about market corruption in the State, but only about internal corruption in the State. While the citizen has eyes on corruption in the State, practiced by political agents and public servants, he is unaware of the market corruption practiced by elites through internal institutions. The research was developed based on the specialized reading of the academic environment - articles, books and in different journals - and sought to present reflections from the fields of Political Philosophy, Political Economy and Sociology with critical positions to hegemonic thinking.

Keywords: Elites. Institutions. Financialization. Corruption. Media.

¹ Graduado em Ciência Política pela FATEC / UNINTER. luciano.augusto@live.com.

Introdução

Nos últimos anos diversos casos foram apresentados à sociedade, contudo a forma genérica como são abordados não possibilita saber quem realmente pratica a corrupção. O termo elite é muito amplo, a ênfase dada envolve a elite econômica, pois é ela que compra as demais elites, sendo possível denominar as demais de subelites.

O Estado é uma pessoa jurídica territorial composta pelos elementos povo, território e governo. Estado e mercado são inseparáveis. Enquanto o Estado deve oferecer infraestrutura e segurança jurídica ao mercado. Este, oferta recursos financeiro na forma de tributos para o aparelhamento estatal.

O mercado financeiro, inicialmente, colocava recursos no sistema produtivo. Hoje ocorre exatamente o contrário: ele extrai recursos do sistema produtivo. E é na sociedade que essas relações acontecem e o cidadão sente as mudanças. A migração dos recursos de fomento do sistema produtivo - que geravam emprego e renda para o consumo das famílias - para ganhos improdutivos, na forma de aplicações financeiras, trava a economia tendo como consequências o endividamento das famílias e do próprio Estado.

Numa realidade onde os recursos e o trabalho de 99% da população brasileira vão para o bolso de 1% dos mais ricos, a atual conjuntura é um invisível produtor de desigualdade social. A elite econômica, através dos seus braços como o congresso, a grande mídia e o aparato jurídico-policial do Estado, realiza um saque bilionário aos cofres públicos via orçamento público, este constituído em sua maioria por tributos pagos pelos mais pobres.

O estudo busca compreender alguns mecanismos de captura de recursos financeiros do Estado realizado pelas elites. Assim, é possível averiguar como as elites permitem que a corrupção do Estado seja visível e que a corrupção do mercado no Estado seja invisível aos olhos da população das grandes cidades.

O artigo estrutura-se em quatro seções. A primeira discorre sobre aspectos preliminares da Filosofia Política para o entendimento de conceitos pertinentes relativos ao Estado. Em seguida, trata-se dos aspectos da Economia Política sobre o mercado. Na terceira seção aborda-se as ações do mercado no Estado para o leitor ter ciência dos fatos. Por fim, analisa-se os atores sociais sob aspectos da Sociologia acerca das relações sociais e ações econômicas por meio de variáveis sociais para que o leitor entenda como estes fatos acontecem.

Aspectos Preliminares da Filosofia Política

O Estado é uma pessoa jurídica territorial composta pelos elementos povo, território e governo, este sendo a organização necessária ao exercício da ordem jurídica e administração pública. A constituição brasileira de 1988, denominada constituição cidadã, assegurou ao país um Estado de bem-estar social baseado na ideologia política da social-democracia, assim como foi nos Estados Unidos com a implantação de um Estado Keynesiano¹ após a crise da grande depressão americana. Com as crises surgem as mudanças e novamente os Estados Unidos, com o presidente Ronald Reagan, e posteriormente a Inglaterra, com a primeira-ministra Margaret Thatcher, tornaram-se uma democracia liberal² nos anos 70 após a crise do até então Estado Interventor. Enquanto o Estado do bem-estar social é protagonista na sociedade intervindo na economia e garantindo direitos sociais ao cidadão, o Estado liberal é mínimo e o mercado é o protagonista na economia, cabendo a ele autorregular-se dentro de um cenário de liberdade econômica. O Estado forte, potencial garantidor das demandas da sociedade na proteção social, torna-se um inimigo a partir de então (CARVALHO, 2018, p.103) e uma onda do Estado liberal espalhou-se pelo mundo chegando ao Brasil nos anos 90 com o governo Collor. O Brasil, em uma década – 1992 a 2002 -, concretizou as ideias neoliberais com políticas de redução do tamanho do Estado com privatizações de estatais, venda de bancos públicos, terceirização de serviços e abertura do mercado interno para empresas estrangeiras.

O mercado mudou de forma intensa e veloz. Organizações denominadas corporações³ - elites financeiras institucionalizadas - redefiniram a política e a economia no mundo em favor dos seus interesses. Com seu gigantismo de alcance planetário elas remodelaram toda a sociedade no país de forma a multiplicar sua riqueza por meios artificiais de ganhar dinheiro.

A corrupção, definida como prática de utilização de cargos públicos para benefícios privados (TREISMAN, 2000, apud POESCHL, 2010), se faz presente internamente ao Estado numa ação de um agente público ou numa ação externa quando o mercado impõe seus tentáculos dentro do Estado escamoteando-lhe recursos que deveriam ser destinados à

¹ John Maynard Keynes, em seu livro “A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Renda”, de 1936, defendeu a intervenção do Estado na economia.

² Milton Friedman, pai do neoliberalismo, ganhou o prêmio Nobel de economia de 1976 defendendo a liberdade econômica com a mínima participação do Estado.

³ São holdings que controlam instituições financeiras que controlam empresas que realmente produzem. Como exemplo, a corporação Tencent. Um gigante corporativo em expansão que recentemente ultrapassou o Facebook e se tornou a quinta empresa listada mais valiosa do mundo, mas poucas já ouviram falar da Tencent mesmo que valha meio trilhão de dólares. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2018/jan/13/tencent-the-500bn-chinese-tech-firm-you-may-never-have-heard-of>>. Acesso em: 08 out. 2019.

sociedade. Um mercado estruturado com pilares políticos e jurídicos para fazer valerem seus interesses financeiros corporativos em detrimento aos interesses públicos.

Aspectos da Economia Política

O Capitalismo tem como base a propriedade e o lucro. É uma estrutura sistêmica resultante de inúmeras forças e tem como objetivo o acúmulo do capital. No decorrer dos séculos foi se ajustando e passando por fases. Começou como Capitalismo Comercial onde o lucro era obtido nas trocas comerciais entre as nações, época conhecida como colonialismo caracterizada pelo acúmulo de metais. Em seguida tornou-se Capitalismo Industrial, desta vez o lucro era conseguido pela exploração do trabalho na produção de bens. Enfim, como terceira fase, é denominado Capitalismo Financeiro com o surgimento do mercado de ações e o lucro era resultado da especulação. Entre o produtor e o consumidor surge o intermediário como financiador da produção e do consumo.

Seguindo a tendência capitalista da adaptação do capital e caminhar para onde ele consegue se reproduzir mais facilmente, o intermediário deixou de investir no sistema produtivo para realizar aplicações financeiras no sistema financeiro e, por sua vez, o sistema produtivo também passou a fazer aplicações financeiras (DOWBOR, 2017, pg.32). Chama-se financeirização essa adaptação atual onde há o deslocamento do capital produtivo para o mercado financeiro.

As cinco empresas de capital aberto com maior receita líquida – Petrobras, Ambev, Vale, Telefônica e Cemig - no primeiro semestre deste ano, deram prioridade aos investimentos em aplicações financeiras, em detrimento da expansão da capacidade produtiva. Em média, o investimento dessas companhias no mercado financeiro, comparado ao período de janeiro a junho de 2012, cresceu 94,6%, enquanto o aporte nos ativos relacionados ao negócio fim de cada uma delas avançou em ritmo muito mais lento, 2,6%. O exemplo mais gritante é o da empresa de telecomunicações Telefônica. Nesse caso, as aplicações saltaram 313,3%, de R\$ 2,06 bilhões para R\$ 8,5 bilhões. Na contramão, o investimento em imobilizado caiu 0,3%, passando de R\$ 17,13 bilhões para R\$ 17,08 bilhões. (FERNANDA NUNES, 2013, apud NASSIF; 2013).

Além do fenômeno de os intermediários financeiros drenarem o capital do sistema produtivo, na forma de corporações eles compram as empresas que passam a ser geridas em sua maioria por fundos de pensão e bancos. O planeta não possui um Estado Mundial e sim um sistema fragmentado de aproximadamente duzentos países e neles existem apenas legislações nacionais, sendo assim inexiste uma regulamentação supranacional caracterizando dessa forma

um estado de anarquia mundial. Num mundo globalizado no qual o dinheiro circula livremente e as corporações formam uma rede financeira global, segundo Dowbor (2007, p.44) "apenas 737 corporações controlam 80% de todas as empresas transnacionais⁴, visto que 147 delas respondem por 47% e 3/4 são intermediários financeiros".

Corrupção do Mercado no Estado: Os Fatos

O Brasil está em crise, a culpa é dos gastos públicos e os bancos lucram bilhões de reais⁵ por ano. Esta frase curta já mostra, inicialmente, que o sistema político brasileiro foi montado para ser comprado pelas elites. Os bancos drenam os recursos públicos e, com o orçamento usurpado, tem como consequências a redução dos gastos públicos em políticas sociais e infraestrutura, a redução de investimentos das empresas e, também, a redução do consumo das famílias. No entanto, são os gastos públicos levam a culpa pela crise.

A questão essencial é que os intermediários financeiros não financiam, mas drenam. Esta lógica permite entender como uma economia entra em recessão, ao mesmo tempo que o banco Bradesco, durante o ano de 2014, aumenta os seus lucros em 25,9% e o Itaú em 30,2%, uma dinâmica em que quanto mais os bancos lucram, mais a economia estanca. Não ver a conexão é cegueira. O fato que processos semelhantes estejam acontecendo em outros países apenas reforça a necessidade de focarmos esta dinâmica. O imenso esforço de economistas das próprias instituições financeiras e da mídia de atribuir o travamento ao excesso de gastos públicos representa uma enganação escandalosa (DOWBOR, 2017, p.214).

A corrupção no Brasil é generalizada, porém é seletiva quando se trata de apontar o dedo para o corrupto. Sendo assim, a corrupção praticada dentro do Estado por agentes políticos e servidores públicos, como desvios, propinas ou fraudes em licitações – o que deve ser condenável - é bombardeada diariamente pela mídia, e a corrupção do mercado na captação dos recursos públicos é inaudita. Enquanto o mercado é idealizado de todas as virtudes - competência e eficiência - o Estado é demonizado como o reino de todos os vícios - politicagem, ineficiência e corrupção (JESSÉ, 2015, p.91). Formadores de opinião nada comentam, a imprensa não reproduz e o público fica sem informação, portanto sem conhecimento. Dentre

⁴ Como exemplo, a Samarco, empresa mineradora, tem como donos a australiana BHP Biliton e a Vale S.A. (50%), que por sua vez tem como donos fundos de pensão, como PREVI, FUNCEF, PETROS E FUNCEF, e bancos, como o Bradesco.

⁵ Segundo dados do Banco Central divulgado pelo portal G1, o lucro líquido (em reais) dos bancos no Brasil nos anos de 2018, 2017 e 2016 foram respectivamente: 98,5 bilhões; 83,9 bilhões e 67,2 bilhões. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/11/rentabilidade-de-bancos-brasileiros-e-a-maior-em-7-anos-revela-banco-central.ghtml>>. Acesso em: 08 out. 2019.

diversas corrupções praticadas pelo mercado no Estado destacam: a drenagem dos recursos da população via juros altos, o comprometimento do gasto público através da dívida pública resultante do endividamento fruto do déficit fiscal, a remuneração da sobra dos caixas dos bancos praticada pelo Banco Central e a evasão fiscal.

Na década de 90, o governo Fernando Henrique Cardoso criou o mecanismo inicial de taxas altas de juros com o objetivo de financiar a dívida pública. Anos depois, o artigo⁶ da constituição federal de 1998 que regulamentava o sistema financeiro nacional e estabelecia limites para os juros foi revogado e por emenda constitucional⁷ foi dada nova redação ao artigo.

A maior apropriação privada de recursos públicos no Brasil, além de legal, usa como justificativa ética “o combate à inflação”: trata-se da taxa Selic. Como muitos sabem – mas a imensa maioria não sabe - a Selic é a taxa de juros que o governo paga aos que aplicam dinheiro em títulos do governo, gerando a dívida pública. A invenção da taxa Selic elevada é uma iniciativa dos governos nos anos 1990. (DOWBOR, 2017, p.142).

Um consumidor ao comprar uma geladeira tem a opção de comprá-la a vista por R\$1.959,91 ou a prazo por R\$2.227,68. Como a compra não cabe no orçamento da classe baixa ele comprará o eletrodoméstico parcelado, pelo crediário, pagando uma diferença adicional de R\$267,77. As escalas de juros variam de acordo com a opção do comprador.⁸

De acordo com Dowbor (2017, p.192) "uma rede semelhante de eletrodoméstico na Europa, Midiamarkt, trabalha com juros de 13,3% (equivalentes a 1,05% ao mês) permitindo que as pessoas comprem". As pessoas pagando juros, aumentando o lucro dos intermediários financeiros, ficam com menos dinheiro para consumo de produtos do sistema que realmente produz. E isso se alastra por todo tipo de compras e os bancos drenam o dinheiro de circulação fazendo com que os intermediários financeiros - que nada produzem e não geram empregos ou riqueza - atraem o dinheiro que poderia estar indo para o setor produtivo que era emprego e

⁶ Art.192. - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade, será regulado em lei complementar que disporá, inclusive, sobre: § 3º. As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.

⁷ EC 40/2003, publicada no DOU de 30 de maio de 2003, que altera completamente o art. 192 da Constituição Federal, excluindo todos os seus incisos e parágrafos, entre os quais o § 3º, em que se balizava a limitação aos juros, e que passa a ter a seguinte redação: Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

⁸ Segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), pesquisa de Juros, janeiro de 2018:juros anuais do comércio, 87,97%; cheque especial, 294,64%; cartão de crédito, 319,84%. Disponível em:<<https://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/2018315161835543.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2019.

renda, consome energia e insumos, transportes, paga impostos e gera riqueza para o país. Lucros bilionários para os bancos enquanto o agronegócio, indústria e o setor de serviços, ano após ano, travados, deixam o país com PIB próximo de zero e até mesmo negativo.⁹

Outro fator de corrupção não revelada é o imbróglio da dívida pública. O governo federal, atualmente, gasta mais do que arrecada¹⁰ e trabalha com déficit orçamentário. Para não aumentar sua arrecadação por medidas impopulares como aumentos de impostos, o governo, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, financia o déficit fiscal – as despesas que ficam acima da arrecadação - utilizando instrumentos financeiros de renda fixa, os famosos títulos públicos. Dessa forma, o governo emite títulos da dívida no mercado e capta bilhões de reais dos credores¹¹ para pagamento futuro. Dessa forma, aumenta a dívida¹² e, conseqüentemente, as despesas com pagamentos anuais com os juros que são pagos pelo orçamento público, em sua maior parte – as receitas primárias, como impostos, contribuições e taxas – é paga pela população através da taxaço da renda, da propriedade e, principalmente, do consumo.

O rombo nas nossas contas públicas, na realidade, foi criado pelo nível surrealista de juros sobre a dívida pública, a taxa Selic, que só no ano de 2015 significou uma transferência de 501 bilhões de reais (9% do PIB) dos nossos impostos para os grupos financeiros (DOWBOR, 2017, p.159).

O terceiro fator no rol das corrupções voluntariamente disfarçadas diz respeito às chamadas operações compromissadas¹³ que correspondem às sobras de caixa do oligopolista sistema bancário do Brasil.¹⁴ Devido aos juros altos, os bancos não conseguem emprestar todo

⁹ De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, divulgado pelo portal G1, o Brasil caminha para década com crescimento mais fraco em 120 anos. Entre 2011 e 2020, economia brasileira deve avançar em média 0,9% ao ano, aponta FGV. Taxa é menor que o 1,6% da chamada 'década perdida', nos anos 1980. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/25/brasil-caminha-para-decada-com-crescimento-mais-fraco-em-120-anos.ghtml>>. Acesso em: 08 out. 2019.

¹⁰ Segundo dados da Receita Federal divulgados pelo portal G1 o governo está no quinto ano seguido com déficit fiscal. Valores em bilhões de reais: 2018, 120,258; 2017 124,261; 2016, 161,275; 2015, 120,502; 2014, 23,482. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/29/contas-do-governo-tem-rombo-de-r-120-bilhoes-em-2018.ghtml>>. Acesso em: 08 out. 2019.

¹¹ Principais credores da dívida: Fundos de Investimentos (R\$992 bilhões); Fundos de Pensão (R\$927 bilhões); Bancos (R\$821 bilhões). Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/06/26/divida-publica-sobe-03percent-em-maio-para-r-389-trilhoes.ghtml>>. Acesso em: 08 out. 2019.

¹² A STN, Secretaria do Tesouro Nacional, divulgou o valor da dívida em setembro de 2019: R\$4,74 trilhões de reais, próximo de 80% do PIB. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/divida-bruta-brasileira-sobe-em-agosto-bate-recorde-e-encosta-em-80-do-pib,70003031542>>. Acesso em: 08 out. 2019.

¹³ Essa operação nos Estados Unidos é denominada de “repurchase agréments” ou “repos”.

¹⁴ O Banco Central informou, em abril de 2019, que os cinco maiores conglomerados bancários do país, Itaú-Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Santander, fecharam o ano de 2018 com 84,8% do mercado de crédito e com 83,8% dos depósitos totais. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/empresas/2019-05-28/cinco-maiores-bancos-concentraram-848-do-mercado-de-credito-em-2018-diz-bc.html>>. Acesso em: 08 out. 2019.

o crédito ao mercado e o Banco Central, para evitar o excesso de dinheiro e consequente aumento da inflação, capta essa sobra e entrega títulos da dívida pública para esses bancos. As Operações Compromissadas existem para controlar o volume de moeda na economia, contudo asseguram o ganho ao sistema financeiro¹⁵ através da manutenção das altas taxas de juros e da remuneração – que pode durar apenas um dia ou anos - por meio de títulos públicos que futuramente serão pagos com o orçamento público sustentado pela população brasileira.

Um quarto mecanismo de captura dos recursos públicos do mercado no Estado são as evasões fiscais. Com bilhões de reais em seu poder é pertinente pensar o que esses grupos financeiros fazem com tanto dinheiro. A Tax Justice Network¹⁶ elaborou dados confiáveis sobre evasão fiscal por meio de paraísos fiscais e, sobre esse estudo Dowbor assevera:

E assim, o Brasil não está isolado neste sistema planetário, nem é particularmente corrupto. Os dados para o Brasil, 519,5 bilhões de dólares em termos de capitais off shore, são de toda forma impressionantes: ocupamos o quarto lugar no mundo. Estes recursos, que representam também algo como 28% do PIB em termos de estoque, deveriam pagar os impostos, que permitiriam ampliar investimentos públicos, e deveriam ser aplicados em fomento da economia onde foram gerados. Era previsto pelo artigo 192 da Constituição, antes de ser revogado (DOWBOR, 2017, p.215).

Aspectos Sociológicos

A elite financeira formada pelas corporações globais constituídas por holdings domina economicamente os grupos sociais. Mas como convencer os milhões de dominados a transferir suas riquezas à meia-dúzia de endinheirados? Para isso todo um trabalho é necessário pois ninguém age contra seus próprios interesses sendo explorado gratuitamente. Desta forma, a elite superior compra as outras elites para que façam o trabalho de colonização dos manipulados (JESSÉ, 2015, p.20). Nesse sistema complexo é verificado três mecanismos utilizados pelas elites financeiras para que, através de elites menores – ou subelites -, seja capaz de drenar os recursos do país de forma que os explorados não percebam: compra da intelectualidade que formam opiniões seguida da distribuição das ideias fabricadas pelos intelectuais, o

¹⁵ O Projeto de Lei PL 9.248/2017 da Câmara dos Deputados visa regulamentar essa remuneração das sobras dos bancos. Segundo a Coordenação Nacional da Auditoria da Dívida, as Operações Compromissadas já custaram ao país R\$ 449 bilhões de reais no período de 2014 a 2017. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/quase-meio-trilhao-de-reais-para-bancos/>>. Acesso em: 08 out.2019.

¹⁶ Em português “Rede de Justiça Fiscal”, a Tax Justice Network é uma organização Internacional, sediada em Londres, que faz estudos sobre regulamentação tributária e financeira internacional.

financiamento parlamentar e, finalmente, o uso patrocinado do aparato jurídico-policial do Estado.

Em 1930, pela primeira vez na história, a elite esteve fora do poder em consequência do golpe realizado por Getúlio Vargas. Dois anos mais tarde, essa mesma elite tentou voltar ao poder na denominada Revolução Constitucionalista mas foi novamente derrotada. A partir desse momento a elite começou a patrocinar a intelectualidade, ou seja, iniciou um processo de fabricação de ideias de forma a municiar a imprensa, sendo que a primeira universidade foi a USP.¹⁷

Algumas ideias debutaram na época, como o racismo científico do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda, a demonização do Estado com a teoria do “Patrimonialismo” de Raimundo Faoro, o “lusotropicalismo escravocrata” de Gilberto Freire¹⁸ e, por último, o conceito de “populismo”.¹⁹

A forma dominante de se perceber a política no Brasil foi produto de intelectuais cujas “ideias” foram associadas, de modo intencional ou não, a “interesses” poderosos. Depois de institucionalizadas, essas ideias ganham vida própria e “esquecem” sua gênese e passam a influenciar a pauta dos jornais e o imaginário dos políticos e homens de ação. (JESSÉ, 2015, p.31).

A mídia, nos tempos atuais, como sócia da elite financeira exerce o papel de um partido político dessa elite, divulgando para a sociedade o conteúdo intelectual seletivo segundo o seu propósito. Num cenário de desregulamentação como no Brasil, a imprensa é oligopolista²⁰ e não oferece opiniões alternativas moldando assim a realidade de acordo com seus fins comerciais.

Os telejornais e programas de entrevista da TV Globo, por exemplo, existem unicamente para bombardear o telespectador com visões parciais, quando não falsas. Como não existe pluralidade e o contraditório que caracterizam a atividade jornalística em qualquer país decente, monta-se um circo mambembe para propiciar uma de discussão e debate (JESSÉ, 1996, p.116).

¹⁷ Em 1933 é criada a ELSP (Escola Livre de Sociologia e Política), seguindo a ideologia americana cujo objetivo era formar elites administrativas.

¹⁸ Livros clássicos que influenciaram gerações: Raízes do Brasil, 1933, de Sérgio Buarque de Holanda; Os Donos do Poder, 1958, de Raimundo Faoro; Casa Grande e Senzala, 1933, de Gilberto Freire.

¹⁹ O conceito de Populismo refere-se ao pobre que não tem estudo e vota mal. Os líderes populistas seriam os representantes da população ignorante.

²⁰ Cinco famílias controlam metade dos cinquenta veículos de maiores audiência no Brasil. A conclusão é da pesquisa “Monitoramento da Propriedade da Mídia” (Media Ownership Monitor ou MOM), financiada pelo governo da Alemanha e realizada em conjunto com a ONG brasileira Intervezes e o repórteres sem Fronteiras. O grupo Globo é o maior e detém 9 desses 50 maiores veículos e, sozinho, é superior aos segundo, terceiro, quarto e quinto maiores grupos juntos.

Um segundo mecanismo de ação das elites atuando no Estado via instituições políticas é a compra da política - ou pelo menos dos favores políticos - para o atendimento dos interesses econômicos. Especificamente uma corrupção dentro do Estado que é alimentada pelos sistemas eleitoral²¹ e partidário²² propositadamente frágeis para serem manipulados pelas elites. Apesar de os partidos receberem os fundos²³ eleitoral e partidário é no financiamento das campanhas que os partidos políticos se norteiam e se comprometem com os setores do mercado que os patrocinam. Tomando como exemplo o estado de Minas Gerais, somente o setor das mineradoras financiou quase 80% dos parlamentares eleitos nas eleições de 2018.²⁴ Pela legislação a Câmara dos Deputados representa o povo, contudo o fato é que os deputados se agrupam nas chamadas frentes parlamentares.²⁵

Visto que as elites financeiras drenam trilhões de reais do Estado e, para isso, se utilizam das subelites da mídia - não regulamentada e alimentada pelo capital intelectual patrocinado - colonizada por famílias extremamente poderosas e, também, da classe política financiada sob influência de lobbies, é interessante notar como todos os processos se tornam legítimos: através do estamento burocrático do Estado. O terceiro fator que contribui na apropriação das riquezas do país pela elite financeira é aparato jurídico-policial do Estado.²⁶

Esse aliado de ocasião foi o aparato jurídico-policial do Estado: uma casta jurídica que se acredita especial e melhor que o restante da sociedade e por conta disso é composta por verdadeiros marajás do Estado brasileiro, com um projeto de captura do Estado para seus interesses corporativos. Interesses esses em que são tanto de ganhos materiais como políticos, na tentativa de apropriar da agenda do Estado e virtualmente poder governar sem voto. (JESSÉ, 2015, p.130).

²¹ O sistema eleitoral brasileiro proporcional de lista aberta e coligações favorece a multiplicação dos partidos, fortalece o personalismo e enfraquece o partido como instituição. Atualmente, o Brasil possui 35 partidos sendo que 28 tem assentos no congresso.

²² O sistema partidário brasileiro é formado em sua maioria de partidos fisiologistas propiciando uma relação promíscua com o poder onde esses partidos sobrevivem dando apoio a quem está no poder independentemente de coerência ideológica ou programática.

²³ Fundo eleitoral consiste no dinheiro que sai dos cofres públicos e o partido divide entre os candidatos, enquanto que no fundo partidário o dinheiro vem de multas e penalidades financeiras aplicadas de acordo com o código eleitoral.

²⁴ Segundo reportagem do Jornal O Estado de Minas, 102 deputados foram eleitos com o dinheiro das mineradoras, sendo 56 dos 77 deputados estaduais e 46 dos 53 deputados federais.

²⁵ Frentes Parlamentares são associações de parlamentares de vários partidos que debatem temas específicos de relevância para esses grupos. Exemplos: Frente Parlamentar em Defesa da Regularização Fundiária Rural, Frente Parlamentar Mista da Mineração e Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Brasileira de Bebidas.

²⁶ Entende-se por aparato-jurídico policial do o complexo de instituições que tratam da defesa e da preservação da ordem pública, com destaque para o poder judiciário, as polícias e o ministério público.

A politização do judiciário é o fator que torna invisível o limite entre o que é jurídico e o que é político, ao mesmo tempo esclarece o porquê que a máquina jurídica brasileira é uma das mais caras do mundo.²⁷

Considerações Finais

Após o estudo, foi possível compreender como e porque as elites utilizam as instituições políticas para avocar o erário para si de forma dissimulada. Um sistema complexo no qual a elite financeira global articula outras elites manipulando a opinião pública e atuando nos estamentos políticos – onde a soberania popular é legitimada pelo voto – e burocrático.

A predominância do sistema financeiro sobre o sistema produtivo teve início com a crise do Estado Social nos anos 70 e a iniciativa dos Estados Unidos abolirem o padrão-ouro, portanto o sistema monetário internacional passou a atuar com o sistema de câmbio flutuante ocorrendo a financeirização do sistema produtivo. Com o agigantamento, as elites financeiras, na forma de corporações, tornaram-se globais e subjugam os estamentos institucionais do Estado. Seja na inovação no ordenamento jurídico pelo poder legislativo, na regulamentação das leis no poder executivo ou na função policial do aparelho burocrático do Estado, o fato é que as instituições internas do Estado estão submetidas às forças das corporações financeiras do mercado. Sendo assim, os recursos estatais que deveriam assegurar os investimentos públicos e os gastos sociais são direcionados para o mercado.

Por fim, é notório o desconhecimento da população quanto a corrupção dos agentes financeiros no Estado, pois eles compram a produção intelectual e a elite midiática para desviarem o foco para corrupção estatal e assim ficarem invisíveis.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 set. 2019.

²⁷ De acordo com estudo do CNJ em setembro de 2017, num universo de aproximadamente 18 mil juízes, a média mensal de salário de um magistrado no Brasil é de R\$ 41 mil reais. Gastos com o Judiciário no Brasil chega a 2% do PIB, quatro vezes a média dos países da OCDE. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/gasto-judiciario-chega-a-2-do-pib-quatro-vezes-a-media-da-ocde/>>. Acesso em: 08 out. 2019.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. Editora Autonomia Literária, 2017.

NASSIF, Luís. Empresas investem mais em aplicações do que na produção. **GGN: O jornal de todos os jornais**. 2013. Acesso em: 17 ago. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/economia/empresas-investem-mais-em-aplicacoes-do-que-na-producao/>>

POESCHL, Gabriell; RIBEIRO, Raquel. **Ancoragens e variações nas representações sociais da corrupção**. Acesso em: 08 out. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732010000300001>

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2015.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

TREISMAN, D. “The causes of corruption: a cross-national study”. *Journal of Public Economics*, 2000.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

OLIVEIRA, Luciano Augusto de; Elites e Instituições Políticas: Foco na Corrupção no Estado, para desfocar dissimulados interesses do Mercado. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Maio/2020, vol.14, n.50, p. 1335-1346. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 15/04/2020;

Aceito: 22/04/2020